

Conselho de Segurança

Graded Model United Nations XI

February 27-March 1st, 2026



Head Chair: Pedro Amaro

Co-Chair: Mafe Aipp

Índice

Introdução dos Mesários	3
Guia de Pesquisa	4
Tópico A: O Reconhecimento Internacional do Governo Talibã no Afeganistão e suas Implicações para a Estabilidade Regional e a Segurança Internacional	5
Informações de Contexto	5
Perguntas Norteadoras	7
Posições de Bloco	8
Referências	10
Tópico B: Desafios do Direito Internacional no Enfrentamento da Pirataria na Somália e a Proteção das Rotas Comerciais Globais	14
Informações de Contexto	14
Perguntas Norteadoras	17
Posições de Bloco	17
Referências	21

Introdução dos Mesários

Olá delegados,

Nós somos seus mesários, Pedro e Mafe, do **Conselho de Segurança** do GMUN XI! Estamos muito animados para ver vocês debatendo O Reconhecimento Internacional do Governo Talibã no Afeganistão e suas Implicações para a Estabilidade Regional e a Segurança Internacional e Desafios do Direito Internacional no Enfrentamento da Pirataria na Somália e a Proteção das Rotas Comerciais Globais — dois temas de extrema importância. Como mesários, iremos monitorar o andamento do debate e apoiar vocês no que for necessário. Entendemos que este pode ser o primeiro Model UN para alguns de vocês, e estamos muito felizes por fazer parte dessa experiência de aprendizado com vocês.

Este guia de estudo é a primeira forma pela qual ajudaremos vocês. Reunimos algumas informações de contexto que esperamos que sejam úteis para aprender mais sobre o tema, além da pesquisa individual de cada delegado. Para os delegados mais experientes, esperamos que aproveitem esta oportunidade para aprimorar suas habilidades e encarar novos desafios. Se tiverem quaisquer dúvidas ou preocupações, sintam-se à vontade para entrar em contato com qualquer um de nós. Estamos aqui para ajudar e estamos ansiosos para assistir aos debates!

Atenciosamente,

Pedro e Mafe

Contato Pedro Amaro em: gr345145@graded.br

Contato Mafe Aipp em: gr360889@graded.br

Guia de Pesquisa

As informações a seguir servirão para orientar sua pesquisa.

A primeira coisa que você deve fazer é pesquisar o básico sobre o seu país. As fontes que você usar devem ser confiáveis — ou seja, o autor (seja uma organização, um autor bem conhecido, um especialista na área ou um órgão governamental) é credível e reconhecido pela maioria. Fontes como o Google Scholar e alguns sites que terminam com **.edu** (example website.edu) também são ótimas ferramentas, já que têm foco educacional.

Abaixo estão algumas perguntas que você deve responder; este documento também contém várias fontes que você pode usar para fazer pesquisas externas:

- Onde o meu país está localizado?
- Quem é o líder do meu país? (Presidente, Primeiro-Ministro etc.)
- Quais são algumas das principais cidades do meu país?
- Quais são as principais notícias relacionadas ao meu país atualmente? (ex.: Google: notícias sobre _____)
- Qual é o padrão de vida? (questões econômicas, políticas, sociais e humanitárias; país do Sul Global?)

Meu país faz parte de alguma aliança importante? Se sim, quem são meus aliados?

Continue lendo e compreendendo as informações deste *topic guide* e amplie seu conhecimento fazendo mais perguntas e **pesquisando** as respostas! Seus mesários trabalharam muito para garantir que este guia forneça uma base sólida sobre o que será debatido, mas não tenha medo de ir além e aprofundar seu aprendizado.

Boa sorte e, se precisarem de qualquer coisa, por favor entrem em contato conosco,

Pedro e Mafe

Tópico A: O Reconhecimento Internacional do Governo Talibã no Afeganistão e suas Implicações para a Estabilidade Regional e a Segurança Internacional



Líderes e membros do Talibã em Cabul após a tomada de poder em 2021 [[FoxNews](#)]

Informações de Contexto

O Afeganistão ocupa uma posição estratégica central na Ásia Central e do Sul, fazendo fronteira com países como Paquistão, Irã, China e as antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central. Ao longo de décadas, o país tem sido palco de conflitos armados, intervenções estrangeiras e instabilidade política crônica. Em agosto de 2021, após a retirada das forças internacionais lideradas pelos Estados Unidos, o Talibã retomou o controle de Cabul e estabeleceu, de fato, um novo governo no país.

Desde então, a comunidade internacional enfrenta um dilema significativo: se deve ou não reconhecer formalmente o governo talibã como autoridade legítima do Afeganistão. Tal decisão possui implicações diretas para a segurança regional, o combate ao terrorismo, a estabilidade política dos Estados vizinhos, o fluxo de refugiados e a atuação de organizações

internacionais no território afegão. O Conselho de Segurança da ONU desempenha um papel central nesse debate, considerando seu mandato de manutenção da paz e da segurança internacionais.

Origens do Talibã

O Talibã surgiu no início da década de 1990, em meio ao vácuo de poder deixado pela retirada soviética do Afeganistão em 1989. O movimento foi formado majoritariamente por estudantes de escolas religiosas islâmicas (*madraças*) no Paquistão, muitos deles veteranos da guerra contra a União Soviética. Sob a liderança do mulá Mohammed Omar, o grupo prometia restaurar a ordem, combater a corrupção e impor uma interpretação rigorosa da *sharia*.

Em 1996, o Talibã tomou Cabul e declarou o Emirado Islâmico do Afeganistão, controlando grande parte do território até 2001. Durante esse período, o regime foi reconhecido oficialmente por apenas três Estados: Paquistão, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Intervenção Internacional e Governo Afegão (2001–2021)

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o Talibã foi acusado de abrigar a Al-Qaeda. Em resposta, os Estados Unidos e aliados lançaram uma intervenção militar que resultou na queda do regime talibã. Nos anos seguintes, foi estabelecido um governo afegão apoiado pela comunidade internacional, com presença militar estrangeira e assistência econômica significativa.

Apesar desses esforços, o Talibã manteve uma insurgência constante, explorando fragilidades institucionais, corrupção governamental e tensões étnicas. Em 2020, os Estados Unidos assinaram o Acordo de Doha com o Talibã, prevendo a retirada gradual das tropas internacionais. Em agosto de 2021, o governo afegão entrou em colapso e o Talibã retomou o poder.

Situação Atual

Atualmente, o Talibã exerce controle efetivo sobre o território afegão, operando como autoridade governamental *de facto*. No entanto, nenhum Estado membro da ONU reconheceu formalmente o governo como legítimo *de jure*. A ausência de reconhecimento internacional tem limitado o acesso do Afeganistão a reservas financeiras externas, assistência econômica formal e plena participação em fóruns multilaterais.

Do ponto de vista da segurança internacional, há preocupações significativas quanto:

- ◆ à presença de grupos terroristas no território afegão;
- ◆ à capacidade do Talibã de impedir que o Afeganistão volte a servir como base para organizações extremistas;
- ◆ à instabilidade regional, especialmente nas fronteiras com Paquistão, Irã e Ásia Central;
- ◆ ao aumento do fluxo de refugiados e deslocados.

A falta de um reconhecimento formal também dificulta mecanismos diplomáticos tradicionais de cooperação em segurança, colocando o Conselho de Segurança diante de decisões complexas sobre sanções, engajamento político e assistência humanitária.

Ações anteriores da ONU/Tentativas prévias de enfrentamento da questão

O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) tem se envolvido ativamente na questão afegã ao longo das últimas décadas. Entre as principais ações, destacam-se:

- ◆ Estabelecimento da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), criada pela Resolução 1401 (2002), com o objetivo de apoiar o processo político, a segurança e a assistência humanitária.
- ◆ Regimes de sanções contra membros do Talibã, incluindo congelamento de bens, proibições de viagem e embargos de armas.
- ◆ Renovações periódicas do mandato da UNAMA, mesmo após a retomada do poder pelo Talibã, indicando a continuidade do envolvimento da ONU no país.
- ◆ Debates no Conselho de Segurança sobre a necessidade de evitar o isolamento total do Afeganistão, ao mesmo tempo em que se busca garantir compromissos mínimos de segurança por parte das autoridades de facto.

Essas iniciativas refletem o esforço contínuo do Conselho de Segurança em equilibrar engajamento diplomático, medidas coercitivas e a preservação da estabilidade regional. Apesar dessas medidas, ainda não há consenso sobre o reconhecimento formal do governo talibã.

Perguntas Norteadoras

- O reconhecimento internacional do Talibã pode contribuir para a estabilidade regional ou representa um risco à segurança internacional?
- Quais seriam as consequências de um isolamento prolongado do Afeganistão?
- Como o Conselho de Segurança pode equilibrar engajamento diplomático e regimes de sanções?

- O reconhecimento é uma ferramenta legítima para influenciar o comportamento de governos de facto?
- Que papel os Estados vizinhos devem desempenhar na estabilização do Afeganistão?

Posição dos Blocos Principais

Estados Unidos e Aliados Ocidentais

Os Estados Unidos e seus aliados europeus adotam uma postura de extrema cautela em relação ao reconhecimento internacional do governo talibã. Esse bloco enfatiza que qualquer avanço nesse sentido deve estar condicionado a garantias claras e verificáveis de que o território afegão não será utilizado como base para organizações terroristas internacionais ou para o planejamento de ataques transnacionais. Além disso, defendem a manutenção de regimes de sanções como instrumento de pressão política, ao mesmo tempo em que apoiam um engajamento limitado e pragmático por meio de canais humanitários e técnicos. Para esses países, o reconhecimento prematuro poderia comprometer a credibilidade do sistema internacional e reduzir a capacidade de influência da comunidade internacional sobre o comportamento do governo de facto.

China e Rússia

China e Rússia demonstram uma abordagem mais pragmática e orientada à estabilidade regional. Ambos os países defendem o engajamento diplomático com o Talibã como uma ferramenta essencial para evitar o colapso institucional do Afeganistão e prevenir o agravamento da instabilidade regional. A China manifesta preocupações específicas relacionadas à segurança em sua região de Xinjiang, enquanto a Rússia destaca riscos à segurança da Ásia Central e de seus aliados regionais. Para esse bloco, o isolamento internacional do Afeganistão poderia fortalecer grupos extremistas e ampliar ameaças transfronteiriças, tornando o diálogo e a cooperação instrumentos preferíveis à exclusão diplomática.

Paquistão

O Paquistão ocupa uma posição central no debate, em razão de sua proximidade geográfica, histórica e política com o Afeganistão e com o próprio Talibã. O país defende uma normalização gradual das relações internacionais com o governo afegão, argumentando que o reconhecimento progressivo pode contribuir para a estabilidade regional, o controle das fronteiras e a redução do fluxo de refugiados. O Paquistão também sustenta que o engajamento

internacional é fundamental para evitar um colapso econômico no Afeganistão, que poderia ter efeitos diretos sobre sua própria segurança interna.

Países da Ásia Central

Os Estados da Ásia Central, como Tadjiquistão, Uzbequistão e Turcomenistão, adotam posições cautelosas e pragmáticas. Esses países expressam preocupação significativa com a segurança fronteiriça, o tráfico de drogas, o extremismo violento e a possibilidade de infiltração de grupos armados em seus territórios. Embora reconheçam a necessidade de algum nível de diálogo com as autoridades afegãs *de facto*, evitam o reconhecimento formal pleno, priorizando medidas de contenção, cooperação regional em segurança e coordenação com organismos internacionais, incluindo o Conselho de Segurança da ONU (CSNU).

Linha do Tempo dos Eventos Principais

Data	Evento
1979	Invasão soviética do Afeganistão
1989	Retirada das forças soviéticas
1996	Talibã toma Cabul e declara o Emirado Islâmico
2001	Intervenção liderada pelos EUA
2020	Assinatura do Acordo de Doha
Agosto de 2021	Talibã retoma o controle do país
2021–presente	Debates no CSNU sobre reconhecimento e sanções

Definição de Termos Relevantes

- ◆ Talibã: Movimento político-militar islâmico que atualmente controla o Afeganistão.
- ◆ Reconhecimento internacional: Ato pelo qual Estados aceitam formalmente um governo como autoridade legítima.
- ◆ Governo de facto (sem reconhecimento de jure): Autoridade que exerce controle efetivo, mas sem reconhecimento jurídico pleno.
- ◆ CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas): Órgão responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais.

Pesquisas Complementares

Reconhecimento do Governo Talibã no Afeganistão — Contexto e Análises Jurídicas

- ◆ [*Recognition and the Taliban 's International Legal Status*](#) – Instituto Internacional de Estudos Estratégicos: análise sobre o estatuto legal internacional do Talibã e os parâmetros de reconhecimento diplomático.
- ◆ [*Recognition of the Islamic Emirate of Afghanistan*](#) – Wikipedia: visão geral do reconhecimento internacional da autoridade talibã desde 2021, incluindo posição das Nações Unidas e de Estados-membros.
- ◆ [*Will Russia 's diplomatic recognition of the Afghan Taliban government have a domino effect?*](#) – IISS: artigo sobre a decisão da Rússia de reconhecer formalmente o Talibã e suas possíveis implicações.

Relatórios e Contexto Político e de Segurança

- ◆ [*Afghanistan 's Security Challenges under the Taliban*](#) – International Crisis Group: relatório sobre os principais desafios de segurança sob o governo talibã.
- ◆ [*Afghanistan: Background and U.S. Policy In Brief*](#) – Relatório do Congresso dos EUA: contexto sobre a situação política e de segurança do Afeganistão após a retirada

internacional.

Direito Internacional e Reconhecimento Diplomático

- ♦ [*International Law and the Taliban 's Legal Status: Emerging Recognition Criteria*](#) – Análise acadêmica sobre critérios emergentes de reconhecimento no direito internacional.
- ♦ [*Recognition and the Taliban \(Brookings Institution\)*](#): artigo sobre as implicações do reconhecimento sob a ótica do direito internacional e política externa.

Resoluções do Conselho de Segurança da ONU Relevantes

- ♦ [*Resolução 2593 \(2021\)*](#) – Exigência de que o território afegão não seja usado para ameaçar ou atacar outros países ou abrigar terroristas (CSNU).
- ♦ [*Resolução 1378 \(2001\)*](#) – Afirma o papel da ONU no Afeganistão pós-queda do Talibã em 2001 e estabelece princípios para a formação de um governo representativo.

Referências

UNITED NATIONS. Charter of the United Nations. São Francisco: United Nations, 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 18 dez. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 2593 (2021). New York: United Nations, 2021. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/2593\(2021\)](https://undocs.org/S/RES/2593(2021)). Acesso em: 18 dez. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 1378 (2001). New York: United Nations, 2001. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/1378\(2001\)](https://undocs.org/S/RES/1378(2001)). Acesso em: 18 dez. 2025.

UNITED NATIONS. United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA). New York: United Nations, s.d. Disponível em: <https://unama.unmissions.org>. Acesso em: 18 dez. 2025.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Reports of the Secretary-General on the situation in Afghanistan. New York: United Nations, diversos anos. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/reports-secretary-general>. Acesso em: 18 dez. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Afghanistan's Security Challenges under the Taliban. Brussels: International Crisis Group, 2023. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/asia-pacific/afghanistan/326-afghanistans-security-challenges-under-taliban>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BROOKINGS INSTITUTION. Recognition and the Taliban. Washington, D.C.: Brookings Institution, 2021. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/recognition-and-the-taliban-2/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

INTERNATIONAL CENTRE FOR COUNTER-TERRORISM (ICCT). Recognition and the Taliban's International Legal Status. The Hague: ICCT, 2021. Disponível em: <https://icct.nl/publication/recognition-and-talibans-international-legal-status/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). Will diplomatic recognition of the Taliban have a domino effect? London: IISS, 2023. Disponível em: <https://www.iiss.org>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BBC NEWS. Who are the Taliban? London: BBC, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-south-asia-11451718>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BBC NEWS. Afghanistan: Timeline of key events. London: BBC, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-south-asia-12024253>. Acesso em: 18 dez. 2025.

UNITED STATES CONGRESS. Afghanistan: Background and U.S. Policy In Brief. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 2022. Disponível em: <https://www.congress.gov/crs-product/R45122>. Acesso em: 18 dez. 2025.

Tópico B: Desafios do Direito Internacional no Enfrentamento da Pirataria na Somália e a Proteção das Rotas Comerciais Globais



Índia resgata navio pesqueiro iraniano sequestrado por piratas na Somália [\[CNN\]](#)

Informações de Contexto

A pirataria na Somália representa um desafio persistente ao direito internacional, apesar de reduções significativas nos incidentes entre 2011 e 2017, graças à cooperação naval global. Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) expandiram autorizações para ações em águas territoriais somalis, mas questões de jurisdição e de processamento de piratas capturados continuam limitando a efetividade. Em 2025, ataques ressurgiram, ameaçando rotas comerciais vitais, como o Golfo de Aden, com impactos econômicos crescentes em seguros e desvios de navios.

Bases Legais Internacionais

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) define pirataria como atos em alto-mar, permitindo jurisdição universal, mas restringe apreensões e julgamentos ao Estado captor, complicando transferências para terceiros, como Quênia e Somália. Resoluções da ONU, como a 1816 (2008) e a 1851 (2008), autorizaram incursões em águas e território somali, sob consentimento do governo transitório, invocando o Capítulo VII da Carta da ONU diante de ameaças à paz internacional. A Convenção SUA oferece alternativa para atos fora do alto-mar, mas sua aplicação é rara, e a Somália não a ratificou.

Impactos nas Rotas Comerciais

A pirataria somali afeta o Estreito de Bab el-Mandeb, por onde passa entre 10-15% do comércio marítimo global, elevando custos em até US\$18 bilhões anuais em seguros, segurança privada e desvios via Cabo da Boa Esperança (adicionando 6.000 milhas náuticas). Em 2025, três ataques em outubro reacenderam temores ligados à instabilidade iemenita e à redução de patrulhas navais, impactando cadeias de suprimentos globais. Navios sem escolta armada tornaram-se alvos fáceis, com resgates financiando redes criminosas em um país sem governo efetivo desde 1991.

Resposta e Cooperação Internacional

Patrulhas multinacionais (EUA, UE, China, Índia) sob coordenação dos EUA interromperam ataques, reduzindo sequestros a zero desde 2017, mas dependem de apoio contínuo pedido pelo governo somali. Acordos como o Reino Unido-Quênia permitem julgamentos em países terceiros, contornando falhas somalis, embora levantem dúvidas sob UNCLOS Artigo 105. O Parlamento somali aprovou lei antipirataria em 2025, mas o Estado frágil requer auxílio estrangeiro para patrulhas e infraestrutura.

Desafios Persistentes

Falta de soberania somali impede patrulhas internas e julgamentos justos, violando princípios de non-refoulement e expondo piratas a abusos. Ações terrestres autorizadas por resoluções ONU são limitadas pelo direito humanitário, que protege civis (piratas não são combatentes), resultando em libertações frequentes sem punição. O ressurgimento em 2025 reflete cortes em patrulhas navais, pobreza local e distrações geopolíticas como os houthis no Iêmen, demandando soluções integradas de desenvolvimento e repressão.

Situação Atual

Situação Atual em 2025

Em 2025, a pirataria somali ressurgiu intensamente a partir de outubro, com ataques coordenados estendendo-se a 300–600 milhas náuticas da costa, utilizando *dhow*s capturados como navios-mãe e lanchas rápidas armadas com RPGs e fuzis automáticos. Incidentes notáveis incluem o sequestro do navio comercial *Hellas Aphrodite* em novembro, o primeiro desde maio de 2024, repellido por um navio da UE, e tentativas contra *SPAR Apus*, *Stolt Sagaland* e *Al-Thumama*, sinalizando uma replicação disciplinada de táticas passadas, com supressão do AIS para evasão. Até novembro, sete incidentes foram reportados em 2024, contrastando com um em 2023, impulsionados por resgates como os US\$ 5 milhões pagos pelo *Abdullah* em abril de 2024.

Fatores Catalisadores do Ressurgimento

A redução de patrulhas navais internacionais, desviadas para contrapor ataques houthis no Mar Vermelho, criou lacunas exploradas por Grupos de Ação Pirata (PAGs), agravadas pela pobreza somali, pelo desemprego e pela pesca ilegal. Alianças emergentes entre piratas, Al-Shabaab e houthis facilitam o contrabando de armas leves e a oferta de proteção em troca de resgates, transcendendo divisões sectárias sunitas-xiitas. O Parlamento somali aprovou, em junho, uma lei antipirataria revisada, prevendo penas de 5 a 20 anos de prisão e confisco de bens, mas a fragilidade estatal limita sua aplicação sem apoio externo.

Respostas e Implicações Globais

Operações como a da UE (*Atalanta*) coordenam interceptações, com navios como o *Victoria* protegendo alvos, mas cortes na vigilância naval demandam recomposição urgente. Economicamente, os ataques ameaçam o Estreito de Bab el-Mandeb, forçando desvios pelo Cabo da Boa Esperança e elevando custos de seguros e de segurança privada nas cadeias globais de suprimentos. O Conselho de Segurança da ONU (CNSU) prorrogou, em março, sanções contra o Al-Shabaab, autorizando interceptações de embarcações até dezembro de 2025, integrando o combate à pirataria a medidas antiterrorismo.

Perguntas Norteadoras

- Como as resoluções da ONU equilibram jurisdição universal da UNCLOS com soberania somali em 2025?
- Quais alianças entre PAGs, Al-Shabaab e houthis impactam respostas navais no Golfo de Aden?
- De que forma o ressurgimento pirata de 2025 afeta economicamente rotas como Bab el-Mandeb?
- A lei antipirataria somali de junho 2025 é viável sem capacidade estatal, comparada a acordos com Quênia?
- Quais lições da redução 2013-2023 aplicam-se para conter ataques de longo alcance em 2025?

Posição dos Blocos Principais

União Europeia (Operação Atalanta)

A União Europeia lidera a operação naval Atalanta desde 2008, coordenando patrulhas no Golfo de Aden e no Oceano Índico para proteger rotas comerciais contra piratas somalis, com interceptações recentes, como a do navio *Hellas Aphrodite*, em novembro de 2025, repelindo sequestros com o uso de navios como o *Victoria*. Apesar dos sucessos na redução de incidentes antes de 2025, a operação enfrenta desafios com cortes de recursos desviados para ameaças houthis, mantendo coordenação com a OTAN para vigilância via satélite e compartilhamento de inteligência.

Estados Unidos (CTF-150/151)

Os Estados Unidos coordenam as Combined Task Forces 150 e 151, focando na segurança marítima multinacional no Chifre da África, com ações decisivas contra piratas, apesar de realocações para contrapor ataques houthis no Mar Vermelho em 2025. Sua liderança garante a integração de aliados como China e Índia, fornecendo inteligência e suporte logístico, mas o ressurgimento da pirataria destaca vulnerabilidades decorrentes da redução das patrulhas.

Somália

O governo somali, fragilizado desde 1991, autoriza incursões estrangeiras por meio de resoluções da ONU e aprovou, em junho de 2025, uma lei antipirataria revisada, com penas de 5 a 20 anos, mas carece de capacidade para patrulhas internas ou julgamentos efetivos,

dependendo de apoio externo para conter Grupos de Ação Pirata (PAGs), alimentados pela pobreza e pela pesca ilegal.

China

A China envia fragatas e destróieres para patrulhas independentes desde 2008, protegendo rotas comerciais vitais para exportações asiáticas no Oceano Índico e contribuindo para a queda de incidentes antes do ressurgimento de 2025, com táticas de dissuasão armada. Sua presença reforça interesses econômicos em meio a ataques de longo alcance por Grupos de Ação Pirata (PAGs), que utilizam shows como navios-mãe.

Índia

A Índia opera navios de guerra de forma independente no Oceano Índico, interceptando lanchas rápidas piratas e protegendo o tráfego marítimo rumo à Ásia, com foco em respostas ágeis às ameaças em 2025, ligadas à instabilidade regional. Sua marinha complementa coalizões globais, elevando a dissuasão contra táticas renovadas de sequestro.

Linha do Tempo dos Eventos Principais

Data	Evento
1991: Colapso Estatal	A queda do regime de Siad Barre inicia a guerra civil somali, criando vácuo de soberania que permite pesca ilegal estrangeira e o surgimento inicial de piratas como "guardiões costeiros".
2005-2007: Início dos Ataques Modernos	Piratas somalis começam sequestros sistemáticos no Golfo de Aden, usando lanchas rápidas; incidentes dobram anualmente, financiados por resgates iniciais.
2008: Pico da Crise	95 ataques e 39 sequestros, incluindo o petroleiro Sirius Star (maior navio capturado); ONU adota Resolução 1816, autorizando patrulhas em águas territoriais somalis.

2008-2012: Respostas Internacionais	Lançamento de Operação Atalanta (UE), CTF-150/151 (EUA) e missões chinesas/indianas; resgates somam US\$ 339-413 milhões, mas incidentes caem de 217 (2009) para 75 (2012).
2013-2023: Declínio Significativo	Sequestros zeram em 2017 graças a escoltas armadas e patrulhas; apenas 1 incidente em 2023, com foco em desenvolvimento somali via ONU.
2024: Sinais de Ressurgimento	7 incidentes reportados, incluindo resgate de US\$5 milhões pelo Abdullah em abril; redução de patrulhas navais cria brechas.
2025: Ataques Renovados	Junho: Parlamento somali aprova lei antipirataria revisada; outubro-novembro: sequestro do Hellenic Aphrodite (repelido pela UE), tentativas em SPAR Apus e outros, com PAGs usando dhows-mãe a 600 milhas da costa.

Definição de Termos Relevantes

UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar)

Tratado de 1982 que define pirataria como atos violentos em alto-mar para proveito privado, concedendo jurisdição universal a qualquer Estado para capturar e julgar piratas, mas limitando ações em águas territoriais sem autorização.

PAGs (Pirate Action Groups)

Grupos de ação pirata somalis organizados em células com navios-mãe (dhows capturados), lanchas rápidas e armas como RPGs, responsáveis por ataques de longo alcance em 2025, replicando táticas do pico de 2008-2012.

Operação Atalanta

Missão naval da União Europeia, lançada em 2008, para patrulhar o Golfo de Aden e proteger rotas comerciais, com interceptações como a do *Hellas Aphrodite* em novembro de 2025, coordenando a inteligência via satélite.

CTF-150/151 (Combined Task Forces)

Forças-tarefas multinacionais lideradas pelos EUA desde 2001/2009, focadas em segurança marítima contra pirataria e terrorismo no Chifre da África, integrando aliados apesar de desvios para ameaças houthis.

Resolução 1816 da ONU

Adotada em 2008 pelo Conselho de Segurança, autoriza Estados a entrar em águas territoriais somalis para reprimir a pirataria sob o Capítulo VII da Carta da ONU, sendo prorrogada sucessivamente até 2025.

Recursos Complementares

“Pirataria Aumenta na Somália Enquanto Nova Ameaça Desvia Recursos.” *ADF Magazine*, jun. 2024,

<https://adf-magazine.com/pt-pt/2024/06/pirataria-aumenta-na-somalia-enquanto-nova-ameaca-de-svia-recursos/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

Afonso, Loanne Satto Rodrigues. *Segurança Marítima e Governança Global: A Resposta do Conselho de Segurança da ONU à Pirataria na Somália (2008–2021)*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais), Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/6568/1/LoanneSattoRodriguesAfonso.pdf>.

Acesso em: 20 jan. 2026.

Flohr, Luis Felipe Sandy. *A Pirataria Somali no Início do Século XXI: Uma Análise Histórico-Econômica da Prática e de seus Incentivos Econômicos*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas), Centro Universitário IBMR, Ânima Educação, <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/2f7f48bd-758a-495f-a12a-d8e528dd73e2/download>. Acesso em: 20 jan. 2026.

“Pirata no Mar Hoje em Dia: Pirataria no Século 21.” *Nexo Jornal*, 3 jun. 2025, <https://www.nexojornal.com.br/externo/2025/06/03/pirata-mar-hoje-em-dia-pirataria-seculo-21>.

Acesso em: 20 jan. 2026.

“Análise: O Chifre da África, o Novo...” *GBN News*, out. 2025, <http://www.gbnnews.com.br/2025/10/analise-o-chifre-da-africa-o-novo.html>. Acesso em: 20 jan. 2026.

Referências

ASIL. International legal responses to piracy off the coast of Somalia. *ASIL Insights*, Washington, v. 13, n. 2, fev. 2009. Disponível em: <https://www.asil.org/insights/volume/13/issue/2/international-legal-responses-piracy-coast-somalia>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. Comandante da Marinha detalha operações de repressão. *Correio Braziliense*, 15 mar. 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2025/03/7082221-comandante-da-marinha-detalha-operacoes-de>. Acesso em: 18 dez. 2025.

DAWAN AFRICA. Somali Parliament approves revised anti-piracy and hostage prevention law. *Dawan Africa*, 24 jun. 2025. Disponível em: <https://www.dawan.africa/news/somali-parliament-approves-revised-anti-piracy-and-hostage-prevention-law>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ECOFIN AGENCY. Piracy resurges off Somalia, stirring fears in global shipping lanes. *Ecofin Agency*, 12 nov. 2025. Disponível em: <https://www.ecofinagency.com/news/1311-50433-piracy-resurges-off-somalia-stirring-fears-in-global-shipping-lanes>. Acesso em: 18 dez. 2025.

EURONEWS. Navio da UE alcança embarcação invadida por piratas somalis. *Euronews*, 7 nov. 2025. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2025/11/07/navio-da-ue-alcanca-embarcacao-invadida-por-piratas-somalis-tripulacao-a-bordo-esta-a-salva>. Acesso em: 18 dez. 2025.

GAZETA DO POVO. ONU diz que piratas já sequestraram 65 navios na Somália em 2008. *Gazeta do Povo*, 19 nov. 2008. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/onu-diz-que-piratas-ja-sequestraram-65-navios-na-somalia-em-2008-badyff0h8y9njbald1aphkky>. Acesso em: 18 dez. 2025.

JURIST. Somalian pirates and the law of the sea: international responses. *Jurist*, 7 out. 2020. Disponível em: <https://www.jurist.org/commentary/2020/10/hriti-parekh-somalia-piracy/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

NACIONES UNIDAS. Security Council extends Al-Shabaab sanctions regime. UN Press, 2 mar. 2025. Disponível em: <https://press.un.org/en/2025/sc16011.doc.htm>. Acesso em: 18 dez. 2025.

NACIONES UNIDAS. Cooperação internacional reduziu ataques e sequestros de piratas somalis. UN News, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/12/1696691>. Acesso em: 18 dez. 2025.

OLIVEIRA, Fernanda Amorim. Pirataria na Somália: consequências no cenário internacional. 2009. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/bitstream/10869/1341/2/Fernanda%20Amorim%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

PALAEMON MARITIME. Pirates reawaken 2025: Somali PAG launch long-range attacks across the Indian Ocean. Palaemon Maritime, 11 nov. 2025. Disponível em: <https://www.palaemonmaritime.com/post/pirates-reawaken-2025-somali-pag-launch-long-range-attacks-across-the-indian-ocean>. Acesso em: 18 dez. 2025.

POLICY CENTER. Somali piracy: a simple flare-up or a rising threat?. Policy Center, 2 jul. 2025. Disponível em: <https://www.policycenter.ma/publications/somali-piracy-simple-flare-or-rising-threat>. Acesso em: 18 dez. 2025.

PPPESCP. Hijackings at dawn: piracy 's alarming return. PPPESC, 1 out. 2025. Disponível em: <https://pppescp.com/2025/10/01/hijackings-at-dawn-piracys-alarming-return/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS UNICEUB. O direito internacional em face da pirataria em alto-mar. Uniceub, 8 out. 2014. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/download/3262/pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

RAMOS, Nuno. Ameaças ao transporte marítimo – A pirataria. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/254/1/nuno_amos.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

SOLACE GLOBAL. Somali piracy to threaten global supply chains in 2025. Solace Global, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.solaceglobal.com/report/somali-piracy-2025/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

TERRA. Os oceanos ainda estão cheios de piratas e eles ameaçam a economia global. Terra, 10 nov. 2025. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/byte/os-oceanos-ainda-estao-cheios-de-piratas-e-eles-ameacam-a-economia-global-com-tecnologia-de-ponta->. Acesso em: 18 dez. 2025.

UN BRASIL. ONU: serviços básicos e alternativas de subsistência são essenciais. UN Brasil, 23 out. 2014. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/68008-onu-servi%C3%A7os-b%C3%AAsicos-e-alternativas-de-subsist%C3%Aancia-s%C3%A3o-essenciais-em-comb>. Acesso em: 18 dez. 2025.

Wikipédia. Pirataria na Somália. Wikipédia, 17 nov. 2008. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pirataria_na_Som%C3%A1lia. Acesso em: 18 dez. 2025.